

Movimentos migratórios, criminalidade e direitos civis no Espírito Santo¹

Márcia Barros Ferreira Rodrigues²

Maria Cristina Dadalto³

Resumo: Este trabalho discute o movimento migratório na Região Metropolitana da Grande Vitória, ES, Brasil. Analisa questões relacionadas ao caráter identitário e às relações sociais que os migrantes buscam estabelecer entre eles próprios e com os membros de outros grupos. Avalia a constituição de dinâmicas sociais e criminalidade resultante do processo de industrialização, migração e de urbanização a partir de diagnóstico realizado em dois bairros localizados no município de Serra: Feu Rosa e Vila Nova de Colares. Nossa pesquisa se inscreve no âmbito da relação estado-sociedade e também no âmbito civil-privado. Discute novas possibilidades de controle sobre a gestão e as políticas públicas de segurança no que diz respeito à prevenção e a inclusão social de egressos do sistema sócioeducativo e do sistema penal por meio do protagonismo garantido por um amplo pacto social que denominamos de Programa Fazer Brasil. Nossa perspectiva se inscreve no âmbito do direito no paradigma da Justiça Restaurativa. Pretendemos demonstrar a partir de estudos de caso, como a quebra do paradigma justiça x judicialismo pode promover práticas restaurativas como método de prevenção e redução gradual de reiterações criminosas.

Palavras-chave: Movimentos Migratórios; Criminalidade; Direitos Civis; Espírito Santo.

Abstract: This paper discusses the migration in the Metropolitan Region of Vitória, ES, Brazil. Discusses issues related to identity and character of social relations that migrants seeking to establish between themselves and with members of other groups. Evaluates the constitution of social dynamics and crime resulting from industrialization, migration and urbanization process from diagnosis conducted in two districts located in Serra: Feu Rosa and Vila Nova de Colares. Our research falls under the state-society relationship and also in civil-private sphere. Discusses new possibilities for control over the management and public safety policies with regard to prevention and social inclusion of graduates of the socio-educational system and the criminal justice system through protagonism secured by a broad social pact that we called Do Brazil Program. Our approach falls within the scope of the right in the paradigm of restorative justice. We intend to demonstrate from case studies, like breaking the paradigm x judicialismo justice can promote restorative practices as a method of prevention and gradual reduction of criminal reiterations.

Keywords: Migratory Movements; Crime; Civil Rights; Espírito Santo.

¹ Este trabalho é resultado parcial de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e apresentado no XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología (ALAS), celebrado em Santiago (Chile), 2013.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-graduação em História e Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: mbfrodrigues@gmail.com

³ Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: mcdadalto@gmail.com

No Brasil, direitos civis envolvem diretamente uma política de segurança pública. O país ainda vive a transição democrática de uma polícia política, que vigorou na ditadura militar, para uma polícia civil. A questão da segurança pública, via de regra, ainda é pensada em termos de uma política de segurança nacional. Ou seja, como uma questão de polícia, repressiva, presa ao paradigma militarista. Dessa forma, o sentimento de segurança pode ser traduzido na percepção ou sensação de segurança. E nesse aspecto, prevalece a sensação de desconfiança e insegurança da população face aos aparelhos de polícia e justiça. Portanto, um indicador social importante a ser levado em consideração para as condicionantes e estratégias de políticas sociais de desenvolvimento e garantia de direitos civis.

Essa realidade no Brasil se expressa pela deficiência na qualidade dos dados na área da segurança pública. Tanto no acesso quanto na confiabilidade das informações. Os bancos de dados, quando existem, estão defasados e incompletos. A construção de séries temporais data da década de 1990. Quanto às pesquisas, existem lacunas que necessitam ser preenchidas, mas a ausência de dados não permite grandes avanços. No caso do Espírito Santo, o problema é ainda maior visto que a violência urbana tem no crime do homicídio, particularmente o juvenil, seu maior desafio. Em relação a este, sabemos pouco sobre a sua dinâmica. As informações sobre a vítima apontam para um extermínio étnico de jovens pobres, mas pouco se sabe o autor. A maioria dos homicídios não é apurada, não viram inquérito, não são resolvidos. Os motivos principais também são estatisticamente desconhecidos e se dividem em: solução de força em atos ilegais, crime de extermínio por milícias ou grupos e auto de resistência (confronto com a polícia). Em relação a este último, a situação dos dados é precária, pois nas estatísticas dos estados alguns não consideram auto de resistência como homicídio. Ou seja, o auto de resistência é homicídio doloso ou extermínio? Acrescente-se ainda o fato

de que o controle externo para investigação desse crime é, não por acaso, extremamente deficiente no Brasil.

Destarte essa situação, sabemos que o homicídio é um fenômeno social, e como tal não é o evento em si que é importante para sua explicação. É preciso entender sua dinâmica e o processo de criminalização. Além das macro-variáveis do desenvolvimento e desigualdades. É preciso também relacionar as covariatas de urbanização, desigualdades espaciais, raciais, migrações, etc. Em síntese, é um tema complexo que requer um olhar multidisciplinar na pesquisa e banco e dados sistemáticos e integrados.

Migração e criminalidade. O contexto do Espírito Santo e do município de Serra.

A história do Brasil é marcada, desde o segundo quartel do século XIX, por um intenso processo migratório internacional e nacional. Mas, especificamente, a partir da década de 1930, verifica-se no país um processo constante de mobilidade populacional interna. Em princípio, esse fluxo migracional tinha como tendência o deslocamento para explorar as fronteiras agrícolas e as grandes capitais do sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse movimento ocorre com tanta agressividade, que se em 1920 apenas 10% da população vivia em áreas urbanas, na atualidade, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, o índice de residentes nas áreas urbanas corresponde a mais de 80% do total do contingente populacional. No Espírito Santo – localizado na região Sudeste – também se realizou processo similar, contudo em período mais tardio: até os anos de 1950, 78,2% residia em área rural. Passados trinta anos há uma quase reversão dessa situação: em 1980 a população urbana já se constituía como maioria, detendo 63,9% do total de residentes no estado. De modo que em 2009 o grau de urbanização da população capixaba está em

82,6% (IJSN, 2011).

O processo de adensamento populacional no Espírito Santo se inicia com a instalação dos chamados “grandes projetos” na região Grande Vitória, a partir da década dos anos de 1970. O impacto da implantação dessas plantas industriais foi tal que nas décadas de 70 e 80, o conjunto dos municípios que compunham a Grande Vitória, atualmente denominada RMGV – Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Viana, Fundão e Guarapari – era responsável, respectivamente, por 24,1% e 34,9% da população estadual. Percentual que atualmente compreende 47,5% dos residentes, com perspectiva de continuidade dessa tendência concentradora.

Vale destacar que a economia do Espírito Santo, até os anos de 1960, tinha como base a produção cafeeira. Nesse sentido, com a transformação econômica implementada – seja através de processos de substituição de importação ou da diversificação de exportações, realizada com criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, seja com a implantação dos grandes projetos de impacto – o crescimento urbano passou a se concentrar majoritariamente na Grande Vitória promovendo uma mudança estrutural no estado.

Essa alteração é retratada na transformação demográfica do Estado: um aumento populacional de 1,0 milhão para 3,5 milhões de habitantes, representando um crescimento médio de 2,1% ao ano, últimos sessenta anos (IJSN, 2011). Dessa forma, o ciclo da industrialização acelera o processo de urbanização do Espírito Santo, em especial, o da RMGV.

De acordo com estudos promovidos pelo IJSN, a convergência dos investimentos para a RMGV patrocinou um processo acentuado de concentração do produto e da renda gerados no Espírito Santo. Gerou, por sua vez, uma configuração populacional ímpar em termos da caracterização de uma área metropolitana se comparada a outras regiões do País. Isto porque, o núcleo central, localizado na Capital Vitória, possuía, já no Censo de 1991, menos habitantes do que Cariacica e Vila

Velha. Essa posição mudou muito pouco: na atualidade perde apenas para a cidade de Viana (Vilaschi, 2012).

Nessa conformação, a Região Metropolitana foi responsável por cerca de 60% do Produto Interno Bruto do (PIB) – dados de 2003. Inevitavelmente, resulta dessa centralidade a contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio estado, do país e do exterior, estes em menor grau. O contexto de transformação e desenvolvimento da RGVM explicita, assim, as razões do desenvolvimento do fenômeno migratório na contemporaneidade, tanto regionalmente como localmente.

A cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, emerge como centro metropolitano num processo de urbanização acelerada abrigando favelas espalhadas na região do centro, ocupando os morros e ganhando lugar de destaque na paisagem urbana da cidade. O processo de diferenciação espacial e social, aliado à inexistência de uma política habitacional eficiente e voltado para a população de baixa renda, constituiu-se em um instrumento propulsor do rápido alargamento da periferia da RMGV, que, sem infraestrutura ou condições mínimas da habitação, passou a abrigar considerável parcela da população do Estado. Mas quem são os milhares de migrantes que se assentam na RMGV?

Pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, publicada no jornal *A Tribuna* em 22 de abril de 2009, mostra que de cada 100 moradores da Grande Vitória, 20 nasceram em cidades dos estados de Minas Gerais ou da Bahia. Segundo esta pesquisa, dos cidadãos que nasceram em outros estados os mineiros são maioria e correspondem a mais de 12% dos migrantes, seguidos dos baianos (8,1%), cariocas (3,6%) e paulistas (2,2%). Contudo, há também paranaenses (0,6%), cearenses (0,5%), alagoanos (0,3%), amapaenses (0,2%), rondonenses (0,2%), e sergipanos (0,2%).

A série descritiva demonstra que no ano de 2007 os capixabas representavam aproximadamente 83% da população, em 2009 esse número se reduziu para 78% de habitantes. Contudo, além desse número de migrantes nacionais, residem na região da Grande Vitória imigrantes e descendentes de europeus, japoneses, chineses, coreanos, entre outros. Contudo, a percentagem de imigrantes estrangeiros assentados no Estado a partir dos anos de 1970 é menor do que a de migrantes nacionais. Grande parte da totalidade desse contingente migratório está relacionada ao processo de desenvolvimento das empresas que conformam, direta ou indiretamente, as plantas industriais da RMGV.

Propõe-se, nesta direção, estudo específico sobre migrantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória. Neste sentido, a problemática apresentada neste trabalho considera que há questões de identidade e criminalidade associadas à visão produzida na mídia sobre os diferentes grupos migrantes que constituem uma geografia de significados e de legitimidade (i)referenciada na região em estudo, materializadas por categorias como baianos, mineiros, italianos, japoneses, dentre outras.

Analisa, portanto, questões relacionadas à construção social de um imaginário geográfico dividido entre o bom e o mau imigrante residente nas cidades de Serra e Vitória (RMGV). Nesse imaginário se institucionalizam o caráter identitário e as relações sociais que a mídia irá produzir sobre estes migrantes possibilitando, desse modo, uma ressignificação do sentido de estar e permanecer na cidade. Busca, para tal, avaliar a constituição de dinâmicas sociais e de criminalidade resultantes desse processo de industrialização, migração e de urbanização a partir de diagnóstico realizado em dois bairros localizados no município da Serra, a saber: Feu Rosa e Vila Nova de Colares, a partir da metodologia indiciária.

Tal análise tem como referência teórica os estudos de Castoriadis (1982) para compreensão da construção social do imaginário sobre os migrantes

ao se buscar correlacionar o cotidiano instituído na conduta dos indivíduos e o significado cultural produzido. Utiliza-se, também, a perspectiva de Bauman (2004) acerca da apreensão do lugar que o migrante ocupa e, a partir de sua apreensão, o seu papel na mídia, nesse sentido, o significado que produz sobre e o que ele representa para a sociedade de destino.

Dessa forma, a metodologia utilizada possui elementos de continuidade e ruptura com procedimentos metodológicos das ciências sociais ainda devedores do paradigma positivista. Assim, sem deixar de lado o paradigma racional indutivo (continuidade), introduz-se o paradigma indiciário (ruptura). Tal metodologia tem o propósito de superar a dicotomia ainda existente entre racionalidade e irracionalidade, assim como dar conta da dimensão do imaginário e da fantasia (inerente ao humano), na ação política a partir de pistas ou sintomas tomados como sinais. Busca-se a interface interdisciplinar que remete ao campo dos estudos de fronteira entre Comunicação, História, Sociologia, Teoria política e Psicanálise.

A mídia, ao produzir seu discurso, apresenta-se como campo legitimador da percepção, do sentimento coletivo e dos mitos edificadas. Ela vai atuar na ordenação do campo simbólico que configura as representações no qual normas de condutas, valores e comportamentos são institucionalizadas. Bem como, no da produção de práticas que se estabelecem na esfera pública nacional e local acerca de indivíduos, grupos ou comunidades. Como consequência, contribui para o desenvolvimento de um imaginário que poderá alimentar o sentido social do conteúdo midiático produzido e ressignificado sobre o tema e sobre a população.

Castoriadis (1982) afiança que a linguagem não se reduz ao *legein* (a dimensão identitária do representar/dizer social), mas é impossível sem este. Considera que "instituição social histórica em que e porque se manifesta é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um

magma de significações, as significações imaginárias sociais” (Castoriadis, 1982, p.277). Nesta acepção, constitui-se o imaginário social como criação de significações e criação de imagens ou figuras que são seu suporte.

Para Blumer (*apud* Kunczik, 2002, p.252) “Os meios de comunicação de massa desempenham um papel determinante na definição dos problemas sociais e podem ser vistos como o resultado final de um processo de definição coletiva, mas não como condições ‘objetivas’”. Por outro lado, aponta Kunczik, podem contribuir para que certos problemas sociais se tornem invisíveis.

Nessa direção, o discurso produzido pela mídia – e é indispensável que se tenha claro que este é o seu principal produto e o resultado final de seu funcionamento – é apresentado sempre como um discurso acabado, sem intermitências, sem vazios. Mantendo-se sempre nas funções referencial e fática de contato com o público (Rodrigues, 2002). Contudo, há modalidades de silêncio no funcionamento do discurso da mídia, e um dos fundamentais, é a ausência do público. Mas que, segundo Rodrigues, preserva o público presente, fixando-o como uma autêntica instância de interlocução.

Depreende-se, assim, que a dimensão do discurso produzido pelos mídia é compartilhada de modo contínuo e sistêmico, no plano simbólico, por produtores e receptores. Expressando, nesta dimensão, a viabilidade e a visibilidade de uma realidade construída ou em construção, mobilizando para tal valores, crenças, sentidos comuns, representações. Mas os *media* buscam, também, por meio de outras funções – pedagógica, tradicional, mobilizadora, reparadora – assegurar a legitimidade de seus pontos de vista com o objetivo de regular comportamentos e até intervir com eficácia num ambiente determinado e que contém seu domínio de experiência.

Nessa direção, o *corpus* dessa pesquisa pretende, a partir da materialidade do texto, do contexto lingüístico-histórico, de suas condições de produção, compreender como se dá o processo de objetivação do fenômeno imigratório. Bem como, entender como a mídia se apresenta como ancora desse processo, ao orientar a forma como esse fenômeno – tal como visto na contemporaneidade – se torna familiar.

Neste sentido, utiliza-se para a análise pretendida de diagnóstico realizado em 2007 em pesquisa de campo no município da Serra. Nele se adotou uma metodologia plural e diversa: entrevistas em profundidade, mapa georeferencial, grupo focal, observação participante, pesquisa em jornais, história oral e indiciário. Ao todo foram sete meses de pesquisa e que envolveram técnicas de Pesquisa participante e de Mobilização participativa.

Meio de realização dessa pesquisa contou com reuniões com o Prefeito, secretários e representantes, lideranças e formadores de opinião. Os atores públicos também foram contatados, em função de seu papel e atuação dentro das comunidades, e em função de sua visão exógena da comunidade.

Ao longo da pesquisa verificou-se diferentes discursos articulados por residentes nos bairros de Alterosa e Nova Zelândia e nos bairros vizinhos de Feu Rosa e Nova Zelândia – todos eles localizados no município da Serra – sobretudo com relação ao perfil de sua população. Neste sentido, a fim de evitar distorções que prejudicassem a análise, decidiu-se formar grupos de discussão apenas com os adultos das duas últimas regiões. Ao mesmo tempo, os pesquisadores, por meio do método indiciário, buscavam observar e registrar os sinais, as pistas, os detalhes aparentemente não significativos, não ditos, não explícitos das pesquisas realizadas em campo, a partir de entrevistas semi-estruturadas na forma de história oral.

As entrevistas em profundidade demonstraram a existência de uma representação simbólica do espaço geográfico por parte da população, expressando os conflitos e as estruturas de poder informal entre os moradores dos bairros, mas também, presente no sentimento dos operadores e gestores públicos, de uma dificuldade de se situarem, a depender do ponto estruturador de sua personalidade.

Existe simbolicamente uma divisão que se configura entre os de dentro e os de fora e do centro para a periferia e que divide em zonas os bairros de Feu Rosa e Vila Nova, gerando uma separação entre os próprios moradores de cada bairro. Inspirados em Elias (2000), poderíamos dizer que se estabeleceu uma relação entre os estabelecidos, ou seja, os moradores mais antigos, "originários", ou que se definem como tal e os outsiders, ou seja, os estrangeiros, os que são de fora, vindos de outros estados ou do interior do estado.

Esta relação é implícita, simbólica e dialética, marcadamente preconceituosa e conflituosa se estabelece em termos de origem social e da organização do espaço social. O entendimento dessa configuração simbólica, seguindo o critério geopolítico de dividir por região o município da Serra, propicia um gerenciamento melhor do controle da criminalidade e é fundamental para a compreensão do crime de homicídio no aglomerado em questão.

Para tal, foi elaborado um conjunto de mapas georeferenciais da região estudada no período de janeiro a dezembro de 2006. Nele destaca-se a concentração espaço temporais de homicídio por tipo, mês, dias da semana, horário e local (rua). Essa estratégia esta baseada no critério de que, quanto menor a área estudada mais eficaz é o controle. Assim, os mapas produzidos oferecem inúmeros cruzamentos que permitem perceber dados quantitativos importantíssimos para uma análise cartográfica e posteriormente sociológica, oferecendo informações para melhor controle e prevenção da criminalidade nos locais selecionados.

Os cruzamentos dos mapas demonstraram uma forte tendência de relação entre a concentração da localização dos bares e a ocorrência de homicídios por crime de tóxico. Assim, fica bem evidenciado a mistura explosiva entre álcool, drogas, bares e a maior possibilidade de ocorrência de desentendimentos, brigas e uma possível relação entre alguns conjuntos de bares enquanto boca de fumo, e o tráfico, na região estudada. Levando em conta essas relações poderíamos inferir indiciariamente, que existe uma concentração de atrativos como droga, tráfico, álcool, bar, arma de fogo e identidade deteriorada em locais específicos do aglomerado.

Há uma coincidência nessa correlação. Ou seja, as áreas sobrepostas dos três mapas mostram concentrações coincidentes dos homicídios por tóxico perto da concentração dos bares e perto das áreas identificadas pela população como representação simbólica de área deteriorada, a saber, em Feu Rosa – área destinada às pessoas vindas do morro do Macaco, bairro do município de Vitória, *os estrangeiros*.

Diante do exposto, busca-se entender a dimensão do outro nas relações estabelecidas entre e intergrupais, no âmbito das relações sociais identificadas em Feu Rosa e Vila Nova de Colares. Interessa-nos destacar as concepções que se “tecem, destecem, enredam e desenredam, mas que perseguem entendimentos que reverberam na interseção da sociologia, da psicanálise e da política” (Koltai, 2000, p.17). Utilizando uma concepção política e psicanalítica, Koltai vai pensar o “outro” como um Estrangeiro.

Isto porque, o “Estrangeiro pode ser tanto o Outro inimigo – que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época – quanto àquele que fascina por ter sobrevivido à separação”. Estrangeiro, enfim, é todo aquele que é tão singelamente e aterradoramente, o estranho. A abordagem de estrangeiro proposta por Koltai remete a um limite, a uma fronteira, que situa o sujeito, o outro, na

margem do individual e singular com o social e político.

Significando, neste ponto de vista, que o indício irá constituir um traço daquilo que faz laço, conflito/tensão, separação e sutura entre a história individual e a história da cultura. Indício, no caso específico deste estudo, se apresenta no que se considera um sentimento de estranhamento de descendentes de imigrantes estrangeiros estabelecidos no estado em relação a descendentes de nacionais, também assentadas no território.

Segundo a análise sociológica das relações de poder produzidas por Elias (2000, p.7), o estabelecido pertence a “um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”. Já o estrangeiro – designado como outsider – é aquele não membro que está fora dessa “boa sociedade”.

Nessa direção, o espaço social se traduz no espaço físico e nele tempo e história se entrecruzam. De modo tal que migrantes e descendentes produzem e reproduzem uma história individual e coletiva e a promovem na tecedura de seus cotidianos, nas urdiduras sociais, culturais, políticas, psíquicas e econômicas. Manifestadas nas representações, nas interações entre os indivíduos, nas relações simbólicas e de prestígio, nas narrativas, no imaginário e nas transformações materiais, reproduzem a relação desses homens e mulheres – ou estabelecidos e estrangeiros – com o lugar em que vivem e convivem e no qual experimentam a diferença.

A partir dessa interpretação podemos perceber como as relações sociais na região estudada são complexas e engendram muitas violências. Nesse sentido, é preciso compreender esse imaginário e a construção da subjetividade e das identidades dos grupos, para a aproximação solidária entre as pessoas. Se analisada a partir da perspectiva do sujeito histórico, compreende o processo de industrialização-urbanização e a complexidade das relações sociais no meio urbano.

É possível avaliar as diversas formas que a violência assumiu via mercado, e suas manifestações na cultura, produzindo uma estética do consumo que se constitui na lógica do capitalismo. Ou seja, a cultura está totalmente imersa na lógica da mercadoria nesse momento multinacional do capitalismo. Por isso, propicia um campo enorme para análise das violências proporcionada pelas angústias, medos, desconfiança, inveja, raiva, intolerância, ressentimento e quebra de laços sociais de solidariedade.

Ao se analisar 22 matérias publicadas no jornal *A Tribuna*⁴, no ano de 2009, verifica-se de que abordaram diferentes grupos de diversas formas, reproduzindo o sentido do “nós e do outro” explicitado por Elias. Desse modo, matérias relacionadas a grupos de imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus – italianos, alemães, pomeranos, entre outros – e de asiáticos – têm destaque nas matérias sempre com pautas relacionadas a questões da tradição cultural ou gastronômica dos países de origem. Promovendo-se associações diretas e indiretas com a importância econômica dessa cultura e dessas regiões.

Já as matérias que têm como pauta os migrantes nacionais e moradores dos bairros citados produzem uma representação social desses grupos dada a partir da localização e das tarefas que executam. Nelas o receptor é provocado a entender que formam, sempre, um grupo de trabalhadores. Na matéria jornalística, entretanto, são caracterizados como indivíduos que passam por dificuldades financeiras e que contribuem para a geração do caos urbano. Havendo uma categoria construída simbolicamente, pela população, e que os classifica modo geral: “bairros”, independente do local de residência ou de nascimento.

Essa construção imaginária dos migrantes assentados na RMGV e que tem ressonância na produção midiática vai ao encontro do exposto por

⁴ Fundado em 1938, tem sede em Vitória/ES e circulação em todo o Espírito Santo. Atualmente é líder em circulação no Estado.

Bauman (2004), ao assegurar que na visão do neoliberalismo os imigrantes podem ocupar um determinado lugar, conforme seu enquadramento, em classificação apurada como: consumidores, produtores, mercadorias ou refugos. E o que irá definir o “lugar” que este indivíduo vai ocupar é justamente sua capacidade de ser “bom” consumidor. De que forma?

O que está em jogo nesta avaliação é a capacidade econômica do indivíduo migrante se apresentar como investimento ou como custo à sociedade de destino. Assim, quem possui capital para consumir, também pode investir, é bem aceito, bem recebido. Ele é querido pelo país de destino. Quem é produtor, especialmente de capital simbólico – empresário e mão de obra qualificada – também circula com facilidade. E, em geral, segundo o senso comum da mídia é o lugar ocupado pelo imigrante estrangeiro.

Já o trabalhador desqualificado terá de se submeter e aceitar baixos salários e condições precárias..Portanto, este imigrante ocupa outro lugar no desejo das sociedades receptoras. A representação a ser construída, sobre o papel que exerce, não encontra a mesma receptividade por parte de Instituições Públicas e dos cidadãos. Além disso, pobre e sem qualificação profissional, esse migrante ainda poderá ser enquadrado na categoria mercadoria, comprado e vendido como produto ou refugio pelos traficantes de pessoas (Bauman, 2004). Estar na condição de mercadoria ou refugio humano, por sua vez, faz com que aumente sua invisibilidade.

Ainda segundo Bauman “A indústria moderna (aquela que construiu uma ordem e que representava o chamado ‘progresso econômico’) produziu gente supérflua.” A arquitetura dessa ordem, por sua vez, levará sempre a “liquidação dos supérfluos, pois – se querem que as coisas estejam em ordem, se querem substituir a situação atual por uma ordem nova, melhor e mais racional – [...] certas pessoas não podem fazer parte dela” (Bauman, 2009, p.80). Na contemporaneidade, tudo muda. O estilo de

vida, o modelo produtivo, financeiro e de consumo da modernidade não possuem mais fronteiras, em consequência todos os países produzem supérfluos.

A mídia tenta transmitir uma imagem dos imigrantes europeus como grupo forte, assimilados e aculturados no Espírito Santo, que mantêm suas tradições arraigadas, fator de fortalecimento da história do Estado. Portanto, são bons imigrantes, e neste sentido bem vindos ao Estado. Além disso, as matérias expressam um valor diferencial de classe: italianos, alemães, pomeranos, gregos, mesmo se pertencentes a classes populares, mantêm seus valores da culinária, da história. Nordestinos, mineiros, negros são subclasse, vieram trabalhar, como se a migração européia transoceânica contivesse outro fator, senão a busca da sobrevivência. Conformam a visão negativa, indesejada.

Sobressai nessa construção, além de um senso comum ancorado no mito do imigrante europeu, presa nos elementos da tradição, uma ausência da contextualização histórico-temporal dos diversos grupos. O que indica, portanto, uma produção jornalística pobre de conteúdo atualizado sobre as diversas atividades contemporâneas nas diversas áreas destes e dos outros grupos assentados no estado. Sinaliza, também, uma falta de sincronia entre o conhecimento do cotidiano, da realidade de vida da população, entre o produtor/emissor da notícia e o receptor da notícia.

Essas ausências podem ser reveladoras de inúmeros pontos de análise: o imaginário construído sobre o imigrante europeu, o migrante nacional, o conhecimento dos profissionais de comunicação sobre a história, a memória dos profissionais, a ação dos grupos em busca de reconhecimento, a produção da notícia, o imaginário do jornalista, o grau de organização ou de desorganização dos diversos grupos, as relações de poder no estado, entre outros. Enfim, são aspectos a serem levantados e discutidos na produção do conhecimento. Mas também que expõem o significado da migração passada

e da migração presente, assim como da representação social do produtor da notícia.

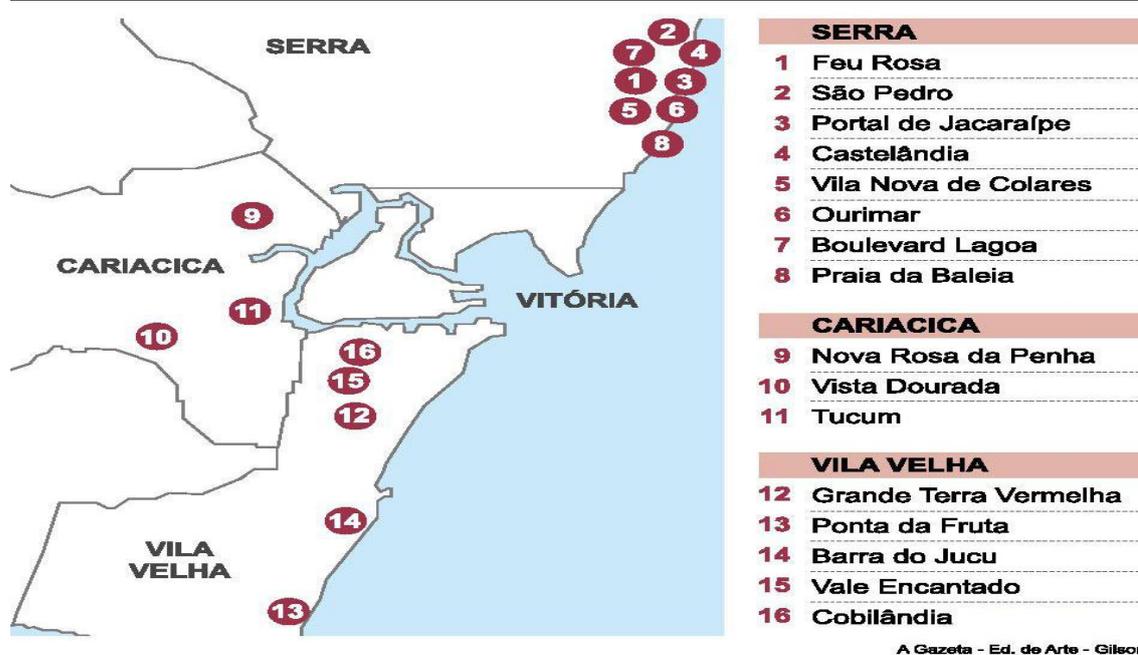
São questões de grande complexidade e que estão diretamente relacionadas à alteridade e sobre como a sociedade se pensa e pensa o outro. Ou seja, sobre como constrói e representa o mundo, e compartilha essa representação; e sobre como o discurso da mídia vai trazer à tona o senso comum ou questioná-lo, para promover sua mudança. No que se observou da enunciação construída sobre os migrantes esta é permeada pela discriminação – produtor/consumidor ou refugo/mercadoria.

Afinal, quem são estes milhares de imigrantes produtores, consumidores, refugos e mercadorias? O que querem? Provavelmente desejam construir um futuro melhor para eles próprios e para os seus, tal como imaginaram e conquistaram outros milhares de imigrantes que percorrem trajetórias similares nos diversos espaços e locais da geografia i(referenciada). Imagens abstratas de esperança, que, muita vez, se consolidam no contraditório fluxo de informações e de absorção desses imigrantes à paisagem do mosaico de sonhos locais.

Numa perspectiva histórica de longa duração, podemos identificar o tema da segurança pública e da justiça criminal no debate político brasileiro, desde a reestruturação do Estado sob a forma republicana em fins do século XIX. As discussões sobre reformas das instituições policiais e prisionais são pontuadas desde então tanto na crítica a precariedade quanto a arbitrariedade destas instituições (Neder, 2009). Hoje o tema da segurança pública é pauta da agenda política em todas as instâncias. No Espírito Santo, especificamente no município da Serra, é um debate crucial pelo alto índice de homicídio juvenil que vem se mantendo estável por uma década. Existem áreas de segregação espacial na RMGV onde a violência se destaca principalmente no crime de homicídio. Essas áreas são configurações espaciais que pertencem a dinâmica de desenvolvimento industrial no Espírito Santo e que tem sofrido os

impactos socioeconômicos em maior grau e envolve a questão da migração interna e externa.

AS ÁREAS DE SEGREGAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA



Fonte: Gazeta On Line 21/05/2012. Pesquisa sobre segregação e violência.
Rossana Mattos – Nesv/Unesc/ES

Segundo os dados do IBGE divulgados em junho de 2012, o Espírito Santo ocupa o segundo lugar no ranking nacional de homicídio com 56,9 mortes por 100 mil habitantes. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) contribui significativamente para esses números e o município da Serra eleva a taxa estadual. Os dados quantitativos têm demonstrado que a Serra possui o maior índice de homicídio da RMGV nos últimos cinco anos. De acordo com os dados do GEAC/SESP os números do homicídio no município da Serra se matem altos e são respectivamente de 374, em 2010, 378, em 2011, e 171, até 19 de junho de 2012. Segundo dados da Secretaria de Estado de Ações Estratégicas, em 2010, a RMGV teve 1175 homicídios e em 2011, 1.098, apresentando uma diminuição de -7%.

Comparando estes dados percebemos que a variação é mínima e que o alto o padrão de homicídio na Serra continua liderando a RMGV no Espírito Santo.

Abaixo tabelas representativas do GEAC/SESP Secretaria de Estado Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Ações Estratégicas ilustram esses dados:

Registro de homicídios na RMGV e interior no ano de 2011

MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2011	TEND	2010	DIF %	
VITORIA	14	9	5	12	8	14	7	13	15	13	9	8	127		147	-14%	↓
VILA VELHA	23	26	17	16	14	16	11	15	12	30	17	25	222		244	-9%	↓
SERRA	40	32	30	46	22	29	30	33	34	20	33	28	377		373	1%	↑
CARIACICA	17	26	19	25	20	24	25	27	23	15	20	30	271		300	-10%	↓
GUARAPARI	8	5	5	2	5	1	3	2	12	4	4	10	61		61	0%	→
FUNDAO	1	2	2	0	0	0	0	1	0	1	1	0	8		16	-50%	↓
VIANA	3	2	1	5	3	3	2	2	3	3	2	3	32		34	-6%	↓
RMGV	106	102	79	106	72	87	78	93	99	86	86	104	1098		1175	-7%	↓

MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2011	TEND	2010	DIF %	
LINHARES	5	7	5	8	6	8	9	5	4	5	4	7	73		83	-12%	↓
S.MATEUS	3	4	4	4	4	4	3	7	7	2	7	4	53		76	-30%	↓
ARACRUZ	3	4	5	4	3	5	5	3	4	7	1	0	44		43	2%	↑
CACHOEIRO	6	5	6	1	4	2	7	3	3	2	5	3	47		49	-4%	↓
COLATINA	6	5	5	3	3	5	5	2	0	2	4	4	44		42	5%	↑
PINHEIROS	3	2	3	2	1	4	2	3	2	4	2	3	31		13	138%	↑
SOORETAMA	4	2	7	4	1	1	2	0	2	2	2	1	28		20	40%	↑
BAIXO GUANDU	5	0	0	0	1	3	2	5	3	3	2	1	25		16	56%	↑
INTERIOR	61	52	58	47	49	49	56	47	51	46	51	43	610		670	-9%	↓

Fonte: Secretaria de Ações Estratégicas do ES.

Diante do quadro acima, cabe ressaltar que se buscarmos outras fontes, observamos a manutenção do alto índice de homicídio no Estado. A despeito de variações entre os índices, o padrão se mantém. Dessa forma, os índices apresentados pelo Mapa da Violência e pelo IBGE divulgados em 2012, maio e junho respectivamente, apresentam

diferenças entre si. O Mapa da Violência indica 50,1 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto o IBGE apresenta 56,9 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, mesmo com esta variação, o que os dados apresentados confirmam é que o padrão alto permanece na década, tanto no Estado como na RMGV e particularmente no município da Serra.

As tabelas abaixo, com dados da Polícia Civil, CIODES, GEAC/SESP e Mapa Violência 2012, comprovam a tendência que estamos apontando. Podemos observar que a taxa de homicídio por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro e São Paulo apresentam quedas significativas na década. O Rio de Janeiro de 51,0 em 2000 passa para 26,2 em 2010. E São Paulo de 42,2 em 2000 passa para 13,9 em 2010. Já Alagoas teve aumento significativo, em 2000 teve 25,6 e estava em 11º lugar no ranking nacional. Em 2010 teve 66,8 passando para o 1º lugar no ranking nacional. Já O Espírito Santo, em 2000 teve 46,8 e em 2010 teve 56,9, ocupando o 2º lugar no ranking nacional. Entretanto, tem que se ressaltar que, ao contrário de Rio e São Paulo que tiveram quedas expressivas, ou Alagoas que teve alta expressiva, o Espírito Santo manteve o padrão alto na década. A RMGV e o município de Serra acompanham e ajudam a manter o padrão alto de homicídios no Estado na década. Como podemos observar na tabela seguinte dos números absolutos de homicídio no Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas e Espírito Santo – Região Metropolitana e Serra.

**Taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos Estados do
Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo: 2000-2010**

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rio de	51,0	50,0	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	31,8	26,2

Janeiro													
São Paulo	42,2	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	15,4	13,9		
Alagoas	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,9	66,8		
Espírito Santo	46,8	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,3	56,9		

Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) da UFES.

Números absolutos de homicídios por estado brasileiro e região metropolitana: 1999-2012

Estados	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rio De Janeiro	-	7.337	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	5395	5074	4.193	-	x
São Paulo	-	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	6.118	6.326	5.745	-	x
Alagoas	-	724	836	989	1041	1034	1211	1617	1839	1887	1872	2.084	-	x
Espírito Santo	1.524	1.432	1.452	1.644	1.629	1.619	1.704	1.957	1.903	1.958	2.034	1.845	1.709	x
RMGV	1.149	1.024	1.039	1.201	1.171	1.220	1.202	1.288	1.330	1.358	1.315	1.175	1.098	x
Serra	-	-	-	433	395	410	329	349	368	432	401	375	379	171 até 19/06

Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) da UFES.

Na tabela abaixo do CIODES (1999 - 2011) vemos o processo de interiorização da violência homicida. O interior teve 375 homicídios em 1999 e 611 homicídios em 2011

Item	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ESTADO	1.5	1.4	1.4	1.6	1.6	1.6	1.7	1.8	1.9	195	2.0	1.8	1.7

	24	32	52	44	29	19	04	57	03	8	34	45	09
RMGV	1.1 49	1.0 24	1.0 39	1.2 01	1.1 71	1.2 20	1.2 02	1.2 88	1.3 30	1.3 58	1.3 15	1.1 75	1.0 98
INTERIOR	375	408	413	443	458	399	502	569	573	600	719	670	611

Fonte: CIODES, Espírito Santo.

A comparação da tabela do CIODES com os dados do Mapa da Violência permite perceber o fenômeno da disseminação, interiorização e deslocamento da violência. Os dados históricos tornam claro o processo de desconcentração, ou seja, a interiorização da violência que acontece concomitante com o anterior. É o que chamamos de interiorização da violência, onde os polos dinâmicos da violência se deslocam das capitais e/ou regiões metropolitanas rumo ao interior dos estados.

Homicídio e raça/cor

Segundo o mapa da violência, o sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde recém começou a processar informações referentes à raça/cor. Por problemas de subnotificação, os dados começam a analisar as informações referentes ao tema a partir de 2002. A categoria "negro" aqui utilizada resulta do somatório das categorias Preto e Pardo utilizadas pelo IBGE. Por problemas metodológicos, não são os números absolutos, e sim as taxas de homicídio e índices de vitimização que devem ser tomadas com cautela; são mais aproximativas do que assertivas.

Os dados referentes ao Espírito Santo do Mapa da Violência (2012) em relação ao número de homicídio da população geral por raça/cor Brasil

2002/2010 são: em relação aos brancos 2002 – 287 homicídios; 2006 – 257 homicídios; 2010 – 254 homicídios. Em relação aos negros 2002- 809 homicídios; 2006- 1115 homicídios; e 2010 – 1278 homicídios. Na tabela que trata da relação da taxa de homicídio e índice de vitimização por raça/cor Brasil 2002 – 2010, com taxa de 100 mil hab, os dados do Espírito Santo são os seguintes: Brancos 2002 - 19,2; 2006 - 17,9; 2010- 17,1. Já os negros em temos 2002 - 47,5; em 2006 - 55,7; em 2010 - 63,2. Em relação ao índice de vitimização de negros temos em 2002 – 147,4; em 2006 - 211,5 e em 2010 - 268,7. O Espírito Santo ocupa o 7º lugar no ranking nacional no ordenamento das UF segundo Taxas de homicídio Branco e Negro (em 100 mil) e Índice de Vitimização Negra.

Não temos dados do município da Serra em relação a raça/cor e homicídio, mas podemos inferir que as taxas da Serra repetem a tendência nacional. No Brasil o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 13.668, o que representa uma queda da ordem de 27,5%. Já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.952 para 33.264, equivalente a um crescimento de 23,4%. Com isso, a brecha que já existia em 2002 cresceu mais ainda e de forma drástica.

Vitimização juvenil e homicídio

Ainda segundo o Mapa da Violência o Amapá, Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal, são indicativos da complexidade e profundidade dos problemas com a sua juventude. Se essa é a média nacional, existe uma enorme heterogeneidade quando descemos para as grandes regiões, e mais ainda quando apreciamos os dados dos estados. Efetivamente, na mortalidade por causas externas entre os jovens, os extremos vão de 53,4% das mortes no Acre até 82,1% em Alagoas e no Espírito Santo, seguidos de perto por Paraná, com 81,2% das mortes de jovens atribuíveis a causas externas. Já na participação dos homicídios a heterogeneidade é ainda maior. No Piauí, só 16,6% da mortalidade juvenil

teve um homicídio como causa. Por outro lado, são vários os estados onde acima da metade dos óbitos juvenis foram causados por homicídio: Pará, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo e Distrito Federal.

As taxas mais elevadas concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos se estendendo, de forma também intensa, até os 29 anos. A partir dessa idade as taxas vão declinando progressivamente. Para verificar em que medida existe concentração de homicídios na faixa jovem da população, indicativo da provável existência de problemas nesse setor, é recomendado uma medida de Vitimização Juvenil por Homicídios, que resulta da relação entre a taxa de óbitos por homicídio da população de 15 a 24 anos de idade e as taxas correspondentes ao restante da população considerada não-jovem. Essa população não-jovem é a que, ainda não chegou à juventude – a população de 0 a 14 anos – ou a que já passou dessa faixa acima de 25 anos de idade.

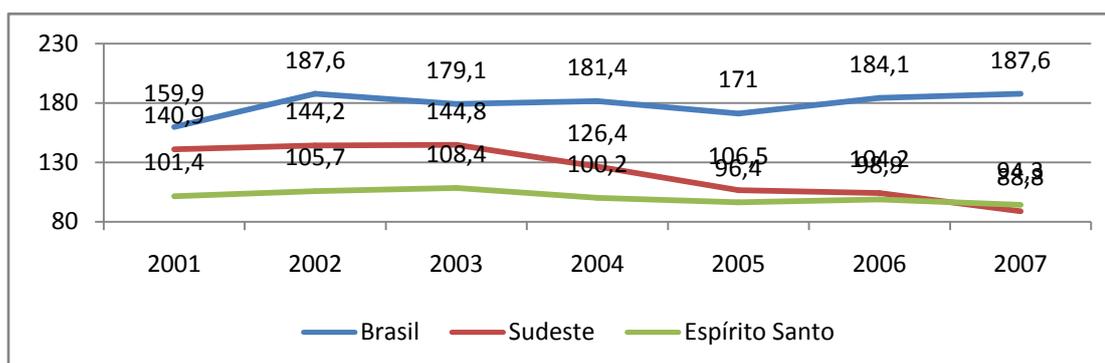
Dessa forma, o indicador de vitimização juvenil no Brasil nos diz quanto maior é, em termos percentuais, a taxa de homicídios jovem com respeito às taxas não-jovens. Assim, o percentual de vitimização de 150,2 no ano 2000 indica que os homicídios foram, nesse ano, 150,2% superiores aos do restante da população.

Esses elevados níveis de vitimização juvenil constituem um fato relativamente recente, mas não se originaram na última década. As características da mortalidade juvenil não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mas mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar "*novos padrões da mortalidade juvenil*". Segundo o Mapa da Violência 2012, estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro mostram que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram progressivamente substituídas pelas denominadas "causas externas" de mortalidade, principalmente acidentes de trânsito e homicídios. Em 1980, as "causas externas" já eram responsáveis por

aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Trinta anos depois, em 2010, quase 3/4 da mortalidade juvenil – 73,2% – deve-se a causas externas (ou também, causas violentas, como costumam ser denominadas). E o principal responsável por essas taxas são os homicídios, os quais foram responsáveis por 38,6% de todas as mortes de jovens no ano 2010.

O gráfico abaixo, embora com dados até 2007, ilustra essa situação no Brasil e no Espírito Santo.

Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos Óbitos/100 mil



Fonte: Situação Social nos Estados IPEA, 2012.

No município da Serra, se utilizarmos o IHA – índice de homicídio na adolescência, veremos que a tendência estadual de vitimização juvenil se mantém. Na Serra em 2007 o índice de IHA foi de 5,97 e o número total esperado de mortes entre 12 e 18 anos durante sete anos é de 306 mortes (Cf. Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2005/ 2007).

No Espírito Santo o padrão alto de homicídio significa que as políticas públicas não têm sido eficaz. Não tem havido integração entre crescimento industrial na Serra e no Estado em geral e desenvolvimento humano. Além da ausência de políticas para os jovens em conflito com a

lei e principalmente a total ausência de Protagonismo Juvenil nos programas voltados para os jovens. Com relação aos dados produzidos pelo poder público envolvendo as execuções extrajudiciais, eles são quase que inexistentes. Por este motivo, iremos trabalhar com dados secundários por meio de relato oral. Um exemplo dessa ausência é que para a Polícia Civil, sequer houve um único registro desse tipo de crime neste ano. Segundo levantamento preliminar, a Polícia Civil aponta homicídios ligados à atividade de extermínio no ano de 2007, 2008, 2009, respectivamente, de 2%, 1% e 0% de crimes contra a vida ligados à atividade de extermínio. Em 2010, 2011 e 2012 não há registro.

Em relação aos inquéritos não há identificação de onde parte a informação da motivação, tampouco no IML se consegue cotejar as tabulações dos laudos cadavéricos com as informações da DHPP. Para conseguir coligir estes dados é necessário verificar inquérito por inquérito. A Polícia Militar aponta somente números absolutos, não se atendo à motivação ou mesmo natureza dos homicídios. Já a Secretaria de Assuntos Estratégicos faz apontamento de homicídios ligados ao enfrentamento com a polícia. Em 2010, 2011 e 2012 são: 17, 15 e 9 respectivamente. Em relação a Serra não temos dados atuais, mas segundo levantamentos produzidos na Pesquisa de Vitimização (Zanotelli, *et. alli*, 2007), realizada em 2006, menos de 10% dos casos de homicídios deste município são apurados e transformados em inquéritos. Além do que, os boletins de ocorrência não permitem cruzamento seguro entre /drogas. Portanto, o autor e os motivos do crime e homicídio são desconhecidos. Dado o alto índice de homicídio, o nível de resolutividade é baixíssimo e a impunidade gritante. A pesquisa ainda destaca a forte sensação de insegurança da população, a desconfiança dos aparelhos públicos de segurança (polícia/justiça), o desconhecimento/invisibilidade das ações da Secretaria de Defesa Social.

Levando em consideração os indícios de características de extermínio dos homicídios apontado no Diagnóstico Serra Cidade da Paz (2007) é necessário aprofundamento nesse item para estabelecer a dinâmica do

homicídio no ES e na Serra em sua relação com os grupos de extermínio. Quanto ao perfil das vítimas de homicídio em Feu Rosa e Vila Nova de Colares – bairros que ainda lideram os índices de homicídio na Serra – destacamos o seguinte para o período de janeiro a dezembro de 2006: ocorreram 313 homicídios na Serra, sendo que 57 nos bairros apontados. De acordo com as formas de caracterizar as vítimas de homicídios classificamos os 57 homicídios por gênero: a maioria absoluta foram homens, 94,75%; por faixa etária: de 15 a 24 anos, 35%, e entre 15 e 44 anos, 77%; por instrumento empregado, arma de fogo 94%, em 100% dos casos, e uma média de 4,7 perfurações por vítima na região da cabeça. Esses dados caracterizam execução, eliminação ou chacina. (Diagnóstico Serra Cidade da Paz 2007, pp 66). Outro dado importante a ser destacado é o fato da delegacia de divisão de homicídio ser centralizada em Vitória. Desta forma, a centralização da divisão de homicídio em Vitória prejudica o município, pois falta infraestrutura para realização das operações de urgência e atendimento cotidiano. Com relação à motivação do crime, a tendência nacional se repete, no que diz respeito ao conhecimento do autor do crime. Ou seja, o autor é desconhecido, não se sabe quem matou, nem os motivos.

Homicídio e população carcerária

O Espírito Santo não difere do perfil nacional e pode ser resumida em algumas características comuns: homens jovens, entre 19-29 anos, majoritariamente pobres e afrodescendentes. Quanto à população carcerária feminina, embora venha crescendo na última década, ainda não atingiu o mesmo grau de comprometimento e o perfil não difere do masculino no que diz respeito à origem étnica e social. As taxas de encarceramento de mulheres, apesar de constituírem minoria no sistema prisional, crescem, proporcionalmente, mais que a dos homens. O relatório produzido pelo *Internacional Centre for Prison Studies*

(ICPS/2011) mostra que já são mais de 625.000 mil mulheres presas em todo o mundo, sendo que o Brasil compõe a quarta maior população prisional feminina com 35.596 pessoas.

Conforme dados do Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça - InfoPen (2011), o cárcere no país é composto por mulheres, sendo que a maioria tem o ensino fundamental incompleto; respondem a pena em regime fechado, ainda que presas provisórias; são condenadas entre 4 a 8 anos por tráfico de drogas; possuem 18 a 24 anos; são pardas ou negras e oriundas da área urbana de municípios da região metropolitana.

Não obstante os homens responderem, em sua maioria, por crimes contra o patrimônio (furto simples, roubo simples e roubo qualificado), e as mulheres se concentrem nos crimes de tráfico de entorpecentes (tráfico de drogas e associação ao tráfico). Os dados revelam, por outro lado, as funções exercidas por cada sexo, ou seja, ambos os crimes associados ao tráfico de drogas (Araújo, 2012, p.16).

No que tange os índices de encarceramento no Brasil, evidencia-se o crescimento desde 2000, período em que o total da população era composta de 232.755 mil presos, dentre 222.643 mil homens e 10.112 mil mulheres. Após dez anos, os dados revelam que a população quase duplicou (99,88%), totalizando 496.251, sendo que 461.144 são homens e 34.807 são mulheres, representando, nesse último caso, o crescimento populacional em 244,21% no período e, proporcionalmente quase duas vezes e meia maior do que os homens (100, 71%). Ainda, em um ano (2010-2011) o acréscimo populacional ultrapassou a margem de meio milhão de pessoas, 514.582, aumentando 10% dos presos, composta por 480.524 homens e 34.058 mulheres, embora tenha tido uma redução de 2,15% do sexo feminino no cárcere, em detrimento do aumento de 4,20% do sexo masculino (INFOPEN, 2011).

No Espírito Santo a população carcerária na década quadruplicou:

População Carcerária no ES

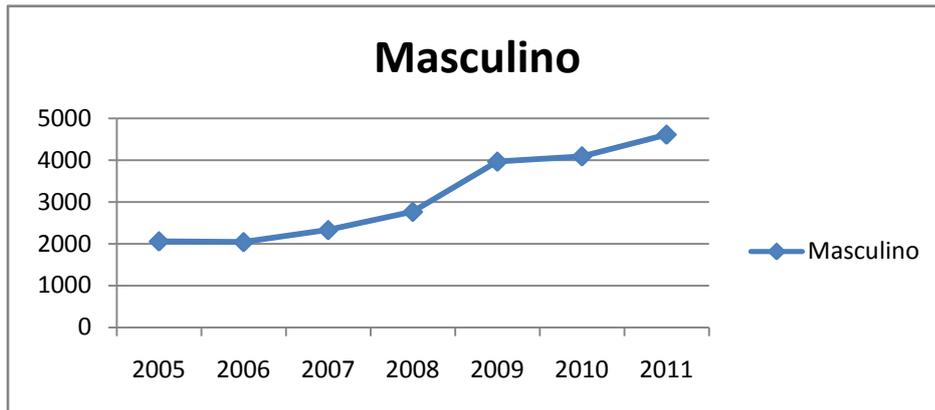
ANO	REGISTRO
2000	2200
2001	2486
2002	2885
2003	4082
2004	4668
2005	5095
2006	5086
2007	5856
2008	6454
2009	8038
2010	11381

Fonte: PALHANO, 2012.

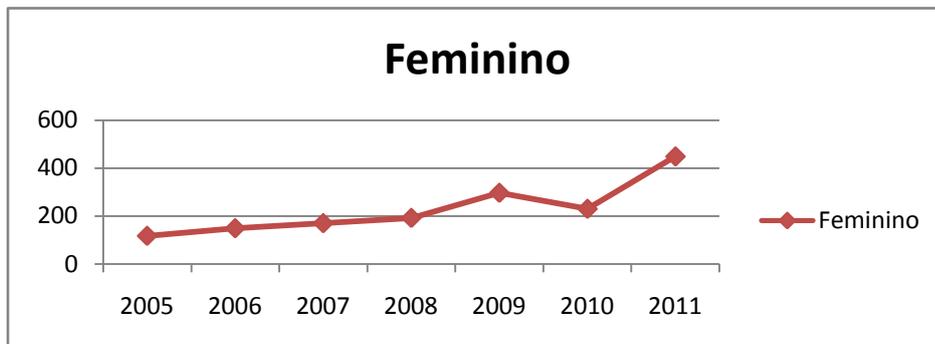
Já o encarceramento masculino no Espírito Santo, revela um crescimento duplicado no período de cinco anos (2005-2010) nas taxas de encarceramento de homens (98,44%) cumprindo penas em regime fechado. Ainda que as taxas de mulheres sejam mais baixas que a do sexo masculino, os índices demonstram, também, um crescimento proporcionalmente maior, até o ano de 2009, e uma queda relativa no período que segue até 2010, embora o total ainda tenha permanecido alto (96,58%). Todavia, no período de 2011 houve o aumento alarmante nas taxas de encarceramento feminino em decorrência do masculino (12,65%) representando um percentual de 95,21%, contrariando a queda da taxa de encarceramento no país. Na tabela abaixo apresentamos os dados.

Ano	Masculino	Feminino
2005	2062	117
2006	2044	149
2007	2331	170
2008	2766	192
2009	3966	297
2010	4092	230
2011	4610	449

Fonte: InfoPen, 2011.



Fonte: InfoPen, 2011.



Fonte: InfoPen, 2011.

Já na tabela abaixo pode-se perceber que no ano de 2005 para o ano de 2011 houve um aumento significativo da população carcerária, na faixa etária de 18 a 24 anos. Os crimes estão relacionados ao envolvimento de jovens com o comércio de drogas ilícitas e uso de drogas e que, por ventura, resultam em crimes com roubo e homicídios, através do porte ilegal de armas. A tendência é de que essa faixa cresça. Por outro lado, demonstra a necessidade de implementação de políticas públicas para a juventude, que reconheçam suas potencialidades em atividades que estimulem o reconhecimento e autonomia do jovem na sociedade.

Ano/Idade	18-24	25-29	30-34	35-45	46-60	60
2005	1737	1135	768	797	324	25
2006	1901	1221	799	616	259	30
2007	2094	1720	985	850	296	49
2008	2520	2045	1004	798	348	57
2009	2733	2273	1287	1103	537	87
2010	3633	2627	1467	1291	565	96

Fonte: InfoPen, 2011.

A tabela seguinte evidencia o crescimento alarmante de pessoas que estão presas e possuem o nível de escolaridade baixo, ou seja, representam parte significativa das camadas populares. O aumento da população carcerária no Espírito Santo que tem o ensino fundamental incompleto praticamente triplicou em cinco anos (2005-2010), tendo um crescimento abrupto em apenas um ano (2010-2011).

Alfab	E. F. Inc	E. F. Comp	E. M. Inc	E. M. Comp	E. S. Inc	E. S. Comp	>Ens. Sup
1190	1511	462	406	334	32	12	1
917	1996	571	795	283	38	8	2

763	2866	675	825	387	65	14	2
843	3175	759	881	495	55	15	0
919	3931	745	1090	650	53	25	0
722	4938	1083	1452	837	80	29	1

Fonte: InfoPen, 2011.

Isto posto, partimos da premissa de que a questão do homicídio no Brasil e no Espírito Santo, é fundamentalmente um problema que envolve diretamente os jovens. Relacionando homicídio e educação verifica-se nos dados do IBGE 2010, que mais de 39 milhões de jovens no Brasil, entre 15 e 29 anos, estão fora do ensino médio. No município da Serra, os jovens nessa faixa etária representam 30% da população. Mesma faixa de idade na qual se concentram os altos índices de homicídios. Isso demonstra que a juventude tem que ser o foco de atenção do poder público no item segurança e defesa social.

Se relacionarmos os dados até então apresentados, com os dados demográficos, destacamos indicadores importantes para formulação de políticas de defesa social e segurança para o município a médio e longo prazo. Vejamos:

A taxa de fecundidade total da Serra apresenta tendência decrescente nos dados reais disponíveis. Também fica evidenciado o envelhecimento da população. Os dados dos últimos censos (1991, 2000 e 2010) demonstram uma tendência de queda no saldo migratório positivo do município. Os dados indicam crescimento populacional com desaceleração. É importante observar que essas tendências estão ocorrendo em toda parte, inclusive na região metropolitana que circunscreve o município da Serra. Esses e outros fatores indicam que a população vai começar a diminuir daqui a 30 anos e acelerar seu processo de envelhecimento, já em curso. O crescimento da

população em idade ativa irá gerar demandas diferenciadas no sistema escolar além da ocupação do tempo. Com o envelhecimento esperam-se alterações no perfil epidemiológico, que já são manifestas. Além disso, não se pode esquecer que a Serra é parte de uma grande Região Metropolitana e seu fluxo conjunto deve ser considerado. Além disso, o desenvolvimento atual em curso no Brasil e, em especial no Espírito Santo, vem ocorrendo de forma assimétrica, descentralizada. Isso implica que não teremos um processo com altas concentrações populacionais localizadas, como vimos no passado, e sim, um crescimento com maior dispersão espacial no Estado. (BRASIL, 2012).

Dessa forma, ainda segundo o relatório citado, a estrutura etária do município da Serra modificou-se em decorrência do processo de transição demográfica e das mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas quatro décadas. A Serra recebeu um grande contingente migratório. As migrações podem ser percebidas na pirâmide etária de 1970: os grupos etários de 20-34 anos, aqueles grupos etários mais suscetíveis à migração, são baixos. Na de 1980, essa configuração sofre alteração em sua base: o grupo de 15-19 anos é menor que os de 20 a 24 e de 25 a 29 anos, resultado do movimento migratório no município. Na pirâmide de 1991, a base contrai-se, indicando queda de nascimentos e a população jovem (15-19, 20-24 e 25-29 anos) se estabiliza indicando possivelmente uma redução dos movimentos migratórios (Brasil, 2012).

Na tabela abaixo podemos verificar um aumento consistente, desde 1960 até 2010, na chamada população em idade ativa, (PIA), ou em idade produtiva, que representava 50,0% da população em 1960 e passou para 70,1% no ano 2010. Essa é a definição de alguns países desenvolvidos (as pessoas idosas são aquelas com 65 ou mais anos). No entanto, pode-se adotar o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo como a Rede Interagencial de Informações para a Saúde – Ripsa e a 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde - Opas. Com essa última definição a PIA (população em idade ativa) passou 47,5% da população em 1960 e passou para 67,6% no ano

2010. Já a participação das pessoas idosas na população da Serra (1960-2010) nos censos de 2000 e 2010 vem aumentando. A diferença entre a proporção de pessoas com 60 ou mais anos e a de 65 anos ou mais, foi de 1,8% e, 2,6%, respectivamente . Ou seja, em 2010, 2,6% dos idosos moradores da Serra tinham idade entre 60 (inclusive) e 65 anos. (BRASIL, 2012).

**Tabela - Distribuição dos principais grupos etários (%)
Serra, ES, 1960-2010**

Idade/Ano	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Jovens (0-14)	45,1	43,1	39,2	38,0	33,0	30,8	25,1
Idade produtiva (15-59)	47,5	51,6	56,7	58,0	62,4	64,0	67,8
Idade produtiva (15-64)	50,0	53,4	58,1	59,5	64,1	65,8	70,4
Idosos (60+)	7,4	5,3	4,1	4,0	4,5	5,1	7,1
Idosos (65+)	4,9	3,5	2,7	2,5	2,9	3,3	4,5

Fonte: Dados IBGE. Elaboração Equipe Agenda Serra: dinâmica populacional.

Isto posto, ressaltamos que as informações acima são de extrema importância para traçar políticas de segurança em médio e em longo prazo, tanto no que diz respeito ao envelhecimento da população – que vai demandar atividades ocupacionais e mão de obra qualificada para este setor – quanto em termos de escolaridade e empregabilidade da população economicamente ativa. Ou seja, há necessidade de equilíbrio

entre o setor da indústria, comércio e serviços para avançar e melhorar os índices de empregabilidade na faixa da PIA (15-59 anos), que é uma das variantes da taxa de homicídio. Entretanto, o que chamamos atenção é que a faixa etária entre 15-29 anos que está dentro da faixa economicamente ativa (PIA), é a que concentra o alto índice de homicídio e de aprisionamento, como já apontamos alhures. Portanto, seria interessante isolar essa faixa etária (15-29) e cruzar com os dados de homicídio juvenil e evasão escolar no ensino médio, para estabelecermos políticas de prevenção e à e ressocialização para os jovens em vulnerabilidade e principalmente para aqueles que já estão cumprindo medidas socioeducativas.

Dessa forma, estabelecendo a relação das políticas públicas com variantes da violência criminalizada e do homicídio poderemos medir a médio e longo prazo, o grau de impacto destas na diminuição dos índices de homicídio juvenil e aprisionamento.

Outro aspecto importante a ser destacado é a tendência apontada de queda no saldo migratório positivo, pois coloca em cheque o imaginário social e as análises que imputam ao “estrangeiro”, metaforicamente denominado de “baianos”, a causa das mazelas e dos índices de na Serra e no Espírito Santo (Rodrigues, 2007. *Diagnóstico Serra Cidade da Paz*).

Nesse sentido, é importante destacar que a história das sociedades humanas é marcada pela constante mobilidade populacional, impedindo-nos, inclusive, de inventariar para uma época específica vetor ou padrão único desse fluxo. De tal modo, destaca Augé (2010), que a intensidade deste fenômeno dilatou fronteiras territoriais, étnicas, religiosas, dentre outras, construindo uma trama que se exprime em movimentos na qual superabundam causas, implicando na sobredeterminação dos efeitos e experimentando-se uma mobilidade sobremoderna.

Merece destaque nesse aspecto, o fato de que a sociabilidade urbana é segregadora calcada na desconfiança, xenofobia e preconceito. Em termos

específicos, a sociedade capixaba vive um momento de turbulência e impasse entre a tradição e a modernidade, e isso se reflete nos conflitos sociais. Os jovens pobres na faixa dos 15 a 29 anos, do município da Serra, estão inseridos de forma marginal na sociedade de consumo e seus pais viveram a transição do rural-urbano de forma violenta.

Portanto, o que queremos destacar é que não é a etnia ou a origem social que levam a violência. O crime de homicídio na Serra é efeito e não causa da violência e deve ser estudado como parte de um processo macrossociológico, e que se relaciona com a modernização, industrialização, segregação espacial, socialização violenta, crescimento econômico, desigualdades, entre outros fatores de ordem objetiva e subjetiva.

Os dados demográficos atuais apontam que não teremos um processo com altas concentrações populacionais localizadas, como vimos no passado, e sim, um crescimento com maior dispersão espacial no Estado. Se essa tendência se confirma na Serra, é um indicador importante para planejamento das políticas de segurança, pois a integração desses novos e velhos moradores e suas diversidades socioculturais é fator fundamental para formulação de políticas preventivas.

Pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, publicada no jornal A Tribuna em 22 de abril de 2009, mostra que de cada 100 moradores da Grande Vitória, 20 nasceram em outras dos estados da Federação, em especial Minas Gerais e Bahia. Segundo este levantamento, dos cidadãos que nasceram em outros estados os mineiros são maioria e correspondem a mais de 12% dos migrantes, seguidos dos baianos (8,1%), cariocas (3,6%) e paulistas (2,2%). Contudo, há também, paranaenses (0,6%), cearenses (0,5%), alagoanos (0,3%), amapaenses (0,2%), rondonenses (0,2%), e sergipanos (0,2%).

A série descritiva demonstra que no ano de 2007 os capixabas natos representavam aproximadamente 83% da população, e em 2009, 78%.

Contudo, além desse número de migrantes nacionais, residem na região da Grande Vitória imigrantes europeus, japoneses, chineses, coreanos, entre outros. Grande parte da totalidade desse fluxo migratório nacional e internacional está relacionada ao processo de desenvolvimento das empresas que conformam, direta ou indiretamente, as plantas industriais da RMGV. E grande parte dos migrantes nacionais, sobretudo os nordestinos de baixa renda – metaforicamente denominados como baianos pela população nativa, que em geral não distingue entre os migrantes de diferentes regiões do Nordeste – passam a residir nos bairros da periferia.

Deste modo, retomando o argumento de Augé (2010), podemos inferir que temos no cenário atual da RMGV uma camada de efeitos sobredeterminados, que exigem uma explicação para além do viés econômico. Afigura-se, a nosso ver, uma complexa trama de sobredeterminações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, que demandam uma compreensão desse fenômeno no campo do simbólico. Propõe-se, nesta direção, análise específica sobre a discriminação vivenciada por migrantes nordestinos residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória, mais especificamente aqueles de baixa renda da cidade de Serra, o que nos leva a relacionar a espacialização da pobreza urbana e conflitos sociais que podem impulsionar crimes violentos.

Neste sentido, a problemática por nós apresentada considera que há questões de identidade produzidas sobre os diferentes grupos migrantes que constituem uma geografia de significados e de legitimidade referenciada na região em estudo. Tais significados estão materializados por categorias como baianos, mineiros, italianos, japoneses, dentre outras – contudo, este estudo visa especificamente aqueles metaforicamente denominados de baianos, dado o alto nível de discriminação verificado na pesquisa (Rodrigues e Dadalto, 2012).

É preciso investigar, portanto, questões relacionadas à construção social de um imaginário geográfico dividido entre o “bom” ou o “indesejado” migrante residente em diferentes bairros ou em diferentes partes do município da Serra. Adverte-se que um dos fatores a contribuir para a constituição desse imaginário está relacionado ao alto índice de homicídio juvenil.

Nesse imaginário se institucionalizam o caráter identitário e as relações sociais encetadas com estes migrantes possibilitando, desse modo, uma ressignificação do sentido de estar e permanecer na cidade. Busca-se com tal análise a compreensão desse processo a partir da construção das dinâmicas de sociabilidade resultantes do processo de industrialização, migração, demografia, urbanização, saúde, educação, urbanização, gestão tendo com base o presente diagnóstico.

Portanto, a interface com a segurança pública é relacionar os dados da segregação espacial; tensão entre ocupação territorial e conflitos sociais e dispersão urbana, principalmente no que tange a população jovem.

Diante desse quadro, surge no Espírito Santo o Programa Fazer Brasil. O Fazer Brasil é um programa de estado oficializado em termos de um Protocolo de Intenções que tem como foco a Prevenção à criminalidade Juvenil e a ressocialização de egressos do sistema sócio educativo e do sistema penal. Seu objetivo principal é contribuir com o governo, atuar de maneira integrada respeitando as identidades de cada instituição partícipe. O Protocolo é assinado pelos seguintes signatários: o Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Prof. Rubens Sérgio Raceli; Dr. Ângelo Roncalli – Secretário do Sistema Penitenciário e Medidas Sócioeducativas do ES; Dr. Fernando Zardine Procurador Geral do Ministério Público do ES; Desembargador Manoel Alves Rabelo – Presidente do Tribunal de Justiça do ES; Juiz Alexandre Farina – Gestor do Projeto Começar de Novo do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Dr. Edilson Barbosa – Diretor da FAMES (Faculdade de Música do Espírito

Santo); Prof. Dr. Juarez Moraes Ramos – Diretor Geral do Núcleo Espírito Santo da Faculdade Estácio de Sá; Gerardo Mondragón – Diretor executivo da ACADIS – Associação Capixaba de Desenvolvimento e Inclusão Social, Pedro Padilha – Diretor da OSCIP Agência Pérola do Caparaó; Prof. Dr. Carlos Batalha - Diretor da Fundação Ceciliano Abel de Almeida; Juíza de Direito Dr. Thelma Fraga e a Prof. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues – coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da Universidade Federal do Espírito Santo.

A missão do Programa se compõe em três dimensões: potencializar os projetos e programas existentes nas esferas competentes; integralizar as ações; convergir os esforços dos partícipes para eficácia do programa. Partimos do princípio de que é inexorável inventar novas formas de ação coletiva desde a escala local à mundial. Nesse sentido, é preciso enriquecer o imaginário para a construção da subjetividade, para a promoção da ética e da aproximação solidária entre as pessoas. Formar comunidades de emoção, unindo as pessoas pelo afeto e pela solidariedade, acessando as sensibilidades cognitivas não despertadas pela educação formal, possibilitando a vivência criativa e inspiradora de mudanças de atitudes no cotidiano.

A justificativa dessa missão é pelo fato da questão da violência urbana ter se tornado nas últimas décadas um tema político-ideológico. E por isso, se apresenta como uma importante variável para compreensão da subjetividade e das relações de poder na contemporaneidade. Se analisada a partir da perspectiva do sujeito histórico, compreende o processo de industrialização-urbanização e a complexidade das relações sociais no meio urbano. É possível avaliar as diversas formas que a violência assumiu via mercado, e suas manifestações na cultura, produzindo uma estética do consumo que se constitui na lógica do capitalismo. Ou seja, a cultura está totalmente imersa na lógica da mercadoria nesse momento multinacional do capitalismo. Por isso, propicia um campo enorme para análise das violências proporcionada

pelas angústias, medos, desconfiança, inveja, raiva, intolerância, ressentimento e quebra de laços sociais de solidariedade.

Com base nesse argumento, indicamos que a justiça criminal não pode continuar atuando de forma “legalista” e supostamente neutra, perpetuando injustiças sociais e raciais em relação aos jovens. Sabemos que segundo os princípios da Justiça Restaurativa, é na forma diferente de perspectivar que o crime deve ser analisado, com todos os envolvidos: vítimas, infratores, autoridades policiais, judiciárias e comunidade. Por isso destacamos que é preciso inventar novas formas de ação coletiva tendo como base orientadora em primeiro lugar a Arte. A arte é o lugar por excelência da subjetividade e da criação, podendo mudar a visão de mundo de todos aqueles que dela se acercam. A arte é a experiência espiritual da condição humana, é linguagem essencial da humanidade, sendo inseparável do ato de viver, da liberdade e de tudo que nela cresce. Enfim, é um exercício intuitivo para uma nova forma de perceber, estar e pertencer ao mundo. Além disso, destacamos que a criação artística é vital para a preservação da memória; para o desafio da invenção; para a diversidade das identidades; para o enriquecimento do imaginário; para a construção da subjetividade, para a promoção da ética e da aproximação solidária entre as pessoas.⁵ Nesse sentido, a arte contribui para formar comunidades de emoção, unindo as pessoas pelo afeto e pela solidariedade. Transforma a realidade e tem papel fundamental na reorganização do tecido social desfeito pela mercantilização das relações, pelo individualismo e pela violência. Assim, defendemos a utilização das artes no âmbito das políticas preventivas e nas ações na Segurança Pública. Acreditamos que o estímulo da sensibilidade artística especificamente entre os jovens em situação de risco e vulnerabilidade

⁵ Carta das responsabilidades do artista/Rede Mundial de Artistas em Aliança (2007), Programa Nacional de Segurança com Cidadania, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei das Execuções Penais, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, Constituição Federal de 1988.

social, é o caminho para possibilitar a construção de um mito fundador positivo e que venha a substituir glamour do crime.

Segundo dados da Unifec divulgados em 25 de fevereiro de 2011, 38% dos adolescentes no Brasil estão vivendo em situação de pobreza. Colaborando com esses dados o Mapa da Violência do Ministério da Justiça do Brasil divulgou também que o Brasil ocupa o 6º lugar no ranking de homicídio juvenil. A taxa de homicídio no país entre jovens de 15 a 24 anos é de 52,9 por cem mil habitantes. Esta taxa está três vezes acima da média internacional. Esse panorama deixa claro que urge medidas para reverter esse quadro. Sendo assim, baseados em experiências e pesquisas mundiais, identificamos que a arte e o esporte, exercem poder fundamental no desenvolvimento do protagonismo juvenil. Por isso o Programa "Fazer Brasil" propõe unificar as ações de cultura e esporte na intervenção para prevenção da criminalidade e também na ressocialização de egressos do sistema penal. No caso do esporte em particular, sua relação dialógica com os atores sociais em geral é ferramenta imprescindível nas relações sociais: como a cooperação, a competição, o conflito e a harmonia, pois tais alternativas possuem uma interdependência evidente muito complexa, além disso, a prática esportiva é um dos meios de orientar e educar crianças e jovens para uma vida mais segura e saudável. Os projetos de esportes, disciplina impedem que as tensões sejam canalizadas em outros âmbitos. No esporte há uma simulação de um confronto com as tensões por elas produzidas, contidas, havendo uma liberação de tensão, além disso, ao esporte, entre tantas funções, cabe também a de estruturar a personalidade. Dessa forma enquanto a arte sensibiliza, o esporte possibilita o controle da agressividade por meio da disciplina.

Considerações Finais

Estima-se que a violência letal será responsável pela morte de 32 mil adolescentes nos municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes no período de 2007-2013. Trata-se de uma questão gravíssima a ser enfrentada pelo Estado, no sentido de reduzir os índices de mortalidade por homicídio e de modificar a trajetória que conduz crianças e adolescentes brasileiros com desfechos trágicos.

No caso do Espírito Santo e no município a Serra em particular, o problema maior no campo da violência urbana é o crime do homicídio, particularmente, o juvenil. Por isso, a questão do homicídio no Espírito Santo e na Serra é fundamentalmente um problema que envolve diretamente os jovens entre 15 e 29 anos. No município da Serra os jovens nessa faixa etária representam 30% da população. Mesma faixa de idade na qual se concentram os altos índices de homicídios. Isso demonstra que a juventude tem que ser o foco de atenção do poder público no item segurança e defesa social. Assim, destaca-se o caráter emergencial das medidas preventivas para redução dessas mortes.

Entretanto, sabemos pouco sobre a dinâmica do homicídio. Sabemos que o homicídio é um fenômeno social, e como tal não é o evento em si que é importante para sua explicação. É preciso entender sua dinâmica, ou seja, o processo social e legal da criminalização. Quando e porque o homicídio passou a ser um problema público. Quem está morrendo e por quê? Em termos macro variáveis do crime de homicídio temos o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais como aspectos importantes que contribuem para agravar o processo de criminalização gerando uma seletividade penal. Além de termos também as covariatas como a urbanização, desigualdades espaciais, raciais, migrações, etc.

Existem áreas de segregação espacial na RMGV onde a violência se destaca principalmente no crime de homicídio. Essas áreas são configurações espaciais que pertencem à dinâmica de desenvolvimento

industrial no Espírito Santo e que tem sofrido os impactos sócio-econômicos em maior grau, embora já esteja em curso um processo acelerado de interiorização da violência urbana. Esse deslocamento se deve em primeiro lugar, a reestruturação da produção brasileira que vem acontecendo desde o último quartel do século passado, marcado pela emergência dos novos pólos de crescimento que geram novas configurações da violência criminal. Em segundo lugar, a investimentos em segurança nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas. Em terceiro lugar, pela melhoria na cobertura dos sistemas de captação de dados de mortalidade, o que diminui a subnotificação existente.

Esse quadro coloca a Serra em destaque nesse cenário, pois o município contribui muito para as elevadas taxas de homicídio na RMGV. Em síntese, relacionar essas questões é responder a pergunta sobre qual o lugar do debate sobre violência e segurança pública na estrutura social brasileira e do Espírito Santo em particular. É também perguntar sobre qual polícia nos queremos?

Finalizando, podemos dizer que o crime de homicídio na Serra é efeito e não causa da violência e deve ser estudado como parte de um processo macrosociológico que se relaciona com a modernização, industrialização, segregação espacial, socialização violenta, crescimento econômico, desigualdades, raça entre outros fatores de ordem objetiva e subjetiva.

No aspecto macro podemos dizer que a sociedade brasileira e o Espírito Santo não foge a regra, enfrenta uma crise política que alguns denominam de crise da polícia. Não ocorreu ainda a transição da polícia política para a polícia civil. A sociedade mudou, mas a polícia não. A polícia não acompanhou a complexidade da sociedade urbana. Ela ainda não sabe atuar num estado democrático de direito. A geração mais jovem de policiais luta por essa mudança, mas esbarra na rigidez da instituição. A visão da população sobre a polícia é extremamente negativa. É uma mistura de medo, temor e raiva. Além do que, ainda prevalece a

concepção de que segurança pública é um caso de polícia. A segurança ainda é pensada nos termos de segurança nacional, desde a população até o setor público. Enfim, todos esses fatores contribuem para a dificuldade de diálogo e interfaces entre economia, saúde, educação, esporte, demografia e gestão pública na formulação de políticas na área da defesa social e segurança pública.

Este cenário justifica o Programa "Fazer Brasil" ser interlocutor no processo da Responsabilidade Social Empresarial, estabelecendo metas que impulsionem o desenvolvimento humano e sustentável da sociedade, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. A visão do programa é de ação integrada tanto na prevenção quanto na ressocialização, exercendo assim um processo dinâmico sincrônico e diacrônico na defesa dos direitos civis.

Referencias

ANCEL, Marc (1985). *La défense sociale*. ED. Presses. Universitaires de France.

ARAÚJO, Tatiana Daré (2012). *A lei de execução penal e sua finalidade ressocializadora: o caso de "Bubu"*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCSO da UFES, Vitória.

AUGÉ, Marc (2010). *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP.

BAUMAN, Zygmund (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BRASIL, Gutemberg Hespanha (DEST/UFES) (2012). *Serra: agenda do futuro 2012-2032*. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Dinâmica populacional da Serra Diagnóstico.

CADERNOS ADENAUER IX (2008), n.4. Segurança Pública. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Janeiro, 2009.

CÁDIMA, F. R. *et. alli.* (2003). "Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa". In: OBERCOM. *Observatório de Comunicação*. Lisboa. Consultado em 22.10.2010. www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf. Acesso em 15.05.2010.

CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene (Coords.) (2006). *Criminologia e poder político. Sobre direitos, história e ideologia*. Coleção Brasileira de Criminologia. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris.

_____. (1987). *Brasil: violência e conciliação no dia-a-dia*. Porto Alegre, Fabris.

DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA às políticas Públicas de Segurança. Edição e Revisão, Janaína Paschoal e Érika Alessandra B.Waldmann. São Paulo: ILANUD, 2002.

DOXSEY, Jaime Roy (2012). *Serra: agenda do futuro 2012-2032*. Relatório Temático de Diagnóstico. Área temática: Serra com Educação.

ELIAS, N. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.) (2008). *Invasões urbanas: conflitos de direito e propriedade*. Rio de Janeiro: FGV.

FRAGA, Paulo C. P. e IULIANELLI, Jorge A. S. (Orgs.) (2003). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: IHA2005/2007/Unicef: Secretaria de Direitos Humanos; Observatório das Favelas; laboratório de Análise da Violência: Programas de redução da Violência Letal: Brasília; Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Primeiros resultados, 2011. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 04.04.2012.

_____. Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Resultados preliminares do censo demográfico 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm.

_____. Censo demográfico 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br.

_____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2005/default.shtm>.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IPES). *Informações municipais*. Serra: 2000.

_____. *Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana da Grande Vitória* [CD- ROM]: Atlas Metropolitano. Vitória, 2009.

_____. *Homepage*. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/>

_____. *Nota técnica*. Número 21, Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf. Acesso: 19.05.2011.

_____. *Demografia e urbanização: o Espírito Santo no censo 2010*. Vitória, ES, 2011. Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/1059_ijsn_td38.pdf. Acesso em 28.03.2012.

_____. *Distribuição populacional no Espírito Santo: resultados do censo demográfico 2010*. Resenha de Conjuntura. IJSN, Ano IV, Número 27, Maio de 2010. Vitória, ES.

JANNUZZI, Paulo de Martino (2006). *Indicadores Sociais no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

KEHL, Maria Rita (2008). *A frátia órfã: conversas sobre juventude*. São Paulo: Olho d'Água.

MAIA, Clarissa Nunes et. alli. (Org.) (2009). *História das prisões no Brasil*. vol.1. Rio de Janeiro: Rocco.

MISSE, Michel (2011). *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

_____. (2010). *O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro. NECVU/IFCS/UFRJ: BOOKLINK.

MORANDI, Angela Maria (2012). *Serra: agenda do futuro 2012-2032*. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Desenvolvimento Econômico. Serra Diagnóstico.

PIDES. Plano Integrado de Desenvolvimento Econômico e Logístico do município Serra.

POCHMAN, Marcio (2012). *Situação social nos estados do ES*, IPEA.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. Serra em Números 2011. 4ª Ed. Serra. ES: Prefeitura Municipal, 2011. 255p.

_____. *Plano estratégico da Cidade 2000-2020: Agenda 21 Local*. Serra. ES: Prefeitura Municipal, 2000. 110p.

RAMOS, Silva (2007). *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

RELATÓRIO TEMÁTICO DE DIAGNÓSTICO. Área temática: Serra com Gestão Compartilhada, 2012.

RODRIGUES, Marcia B. F. (2011). "Conhecendo o jovem: uma proposta metodológica de pesquisa para intervenção social". In: *Políticas integradas de governança. Participação, transparência e inclusão social*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

_____. (2010). "Consumo e violência: o fetiche no jogo de dominação da juventude". In: *Sociedade e consumo. Múltiplas dimensões na contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2010.

RODRIGUES, Marcia B. F. e REIS, Leonardo Marchezi dos (2011). "Industrialização, urbanização e os impactos: a violência urbana no município da Serra no Espírito Santo Brasil" (2005-2008). In: *Revista Preleção*, nº9 abril, Vitória: PMES/DEIP.

RODRIGUES, Marcia B. F. e DADALTO, Maria Cristina (2012). *Violência simbólica: o "baiano" como sintoma*. Vitória, no prelo.

RODRIGUES, Marcia B. F. et. alli. (2008-2009). *Pesquisa de vitimização da Grande Vitória*. Vitória: NEI/FCAA/SESP.

_____. (2007). *Diagnóstico Serra cidade da paz*. Vitória: FCAA/NEI/SDS Serra.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto (2004). *Punição e estrutura social*. Tradução, revisão e nota introdutória Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan.

SAPORI, Luís Flávio (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - InfoPen 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon (2008). *Não matará, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV.

STOCCO, Aline Faé et. Alli (2012). *Serra: agenda do futuro 2012-2032*. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Caracterização da expansão Imobiliária a partir de 2006.

WASELFISZ, Julio Jacob (2012). *Mapa da violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.